

MINISTÉRIO DA CULTURA: UM BALANÇO POSITIVO

Flávio Aguiar

Professor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH-USP



O ministro Gilberto Gil deu visibilidade a um campo que normalmente não a tem nas políticas públicas — ou quando a tem, é mais pela distribuição de verbas, como nos tempos de antanho se distribuíam cartórios, prebendas, sinecuras e sesmarias. No 5º Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em janeiro deste ano, a única personalidade do governo Lula a galvanizar o público jovem foi Gil, com sua defesa do software livre

Num governo que tem demonstrado uma rara, desagradável e mesmo surpreendente inapetência para fazer Política, assim com maiúscula, o Ministério da Cultura e o ministro Gilberto Gil estão no campo das exceções. Não são as únicas, mas vêm ganhando notoriedade maior talvez pelo fato de nos últimos anos o Ministério ou o campo das políticas públicas em nível federal ter sido marcado pela falta de expressividade, ou pela expressividade negativa, como ao tempo de Fernando Collor.

O novo Ministro não desfrutou de vida fácil. Sua chegada ao cargo foi vista como intrusão por quem tinha participado da preparação do programa do PT para o campo. Houve manifestações iradas de repúdio; correu o país a versão

de que Gil fora indicado por ser baiano e pelo Ministério pertencer à “quota Duda Mendonça”. Não poucos apostaram que o Ministro não duraria no cargo, por falta de qualificação política. Nada disso aconteceu: nem caiu o Ministro, nem demonstrou incapacidade para o cargo. Pelo contrário, deu visibilidade a um campo que normalmente não a tem nas políticas públicas; ou quando a tem, é mais pela distribuição de verbas ou da garantia ao acesso a elas, como nos tempos de antanho se distribuíam cartórios, prebendas, sinecuras e sesmarias.

Na nossa tradição, as políticas públicas se caracterizam pelos incentivos dados a projetos isolados ou distribuídos através de agências. Há também a precária guarda do patrimônio histórico e artístico nacional, o que com frequência maior do que a desejável também depende de incen-

tivos fiscais. Isso faz com que a ação pública ponha em tela quase sempre o produtor, seu ponto de vista, suas dificuldades ou conveniências; ou então o empresariamento da atividade cultural. Combinadas, as duas tendências ressaltam o incentivo a grandes eventos, de alcance massivo, mas efêmeros e indicadores muito mais de descontinuidade política do que de consistência e ação programática.

As dificuldades para vencer tais limitações não estão apenas na tradição em matéria de políticas públicas. Vivemos cercados por campanhas massivas e maciças na mídia conservadora sobre a inadequação das políticas públicas para quase tudo na vida, base da retórica neoliberal e sua defesa do império dos mercados como panacéia universal. Quaisquer controles ou propostas de debate público sobre os rumos, os efeitos, ou as motivações do ma-

terial simbólico que nos rodeia e orienta nossa visão de mundo, são imediatamente tachados de “intervenção do Estado”, “dirigismo”, assim como, analogicamente, qualquer política de redistribuição mais democrática de renda, mesmo que indireta, é imediatamente tachada de “populismo” e “demagogia”.

Durante a última fase da Ditadura Militar, as políticas públicas para a cultura em nível federal ajudaram a alavancar o processo daquela distensão “lenta, segura e gradual” iniciada por Geisel. Era a tática do bate-e-depois-assopra: o Ministério da Justiça batia, cortava, censurava, proibia; em seguida o ministro Nei Braga, ou até mesmo o próprio Geisel, reuniam-se com próceres da cultura para conversas mais civilizadas e acenos de verbas.

De fato, foi o primeiro governo da Ditadura que teve uma política para a cultura, não só contra ela. Formou-se uma espécie de sistema de balcão, que tinha sim um planejamento estratégico e um objetivo muito claro: adequar, preparar a nossa produção cultural para competir num mercado que lhe era adverso, sobretudo em campos que exigiam grandes investimentos, como o cinema. O governo de Figueiredo consolidou o sistema e a prática; o de Sarney deu-lhe um toque civil. Collor implodiu com tudo, fechando agências e apregoando que o mercado deveria tomar conta do campo da cultura, até mesmo de ruínas como as de São Miguel das Missões, felizmente

logo salvas dessa incúria federal pelo então Secretário da Cultura do Rio Grande do Sul, Carlos Jorge Appel, que estadualizou o que o governo de Brasília na prática desfederalizara: o cuidado com aquele patrimônio, hoje considerado “da Humanidade” pela Unesco. Collor de fato teve uma política para a cultura: a de terra arrasada.

De certo modo, o que se fez ou se deixou de fazer no campo da cultura

dos debates e propostas para o campo.

Paralelamente a tais desenvolvimentos ou falta deles, muitas administrações, na maioria petistas, mas não exclusivamente, desenvolveram, sobretudo em nível local, mas também em alguns Estados, uma visão holística do campo, integrando-o até como linha de ponta de políticas de inclusão social e de desenvolvimento da cidadania. Isso significou uma inversão do ponto de vista, pois na linha de frente passava agora a estar, ao invés da relação entre produtor e consumidor, mediada pelo incentivo governamental, o incremento de um direito da cidadania: o de se ter acesso em todos os quadrantes e periferias à diversidade (daria para dizer biodiversidade...) do campo cultural, e à produção do pensamento articulado que nele viceja, seja sob a forma de fruição ou mesmo de realização.

Por razões de moradia, acompanhei mais de perto essa verdadeira revolução copernicana no campo cultural no caso da cidade de São Paulo, colaborando inclusive com ela no campo específico do teatro. Não é o caso de se estender sobre ela aqui neste artigo, cujo foco está no governo federal. Mas sim de assinalar que ela também está entre as heranças e junto da moldura da política econômica constritiva que o atual Ministério recebeu ou enfrenta para definir sua atuação.

A implementação das propostas segue um ritmo muito lento, em que pesam também as restrições orça-

*O lado
estratégico mais
ponderável é a criação de
Câmaras Setoriais temáticas. Mas a idéia de
debates com ampla participação pública
sofreu severo ataque conservador
quando da discussão de um
Conselho ou Agência para o
setor áudio-visual*

teve como paisagem esses escombros produzidos e deixados como herança por Collor de Mello. Os governos de Itamar e de Fernando Henrique retomaram apenas a idéia de que deveria haver alguma política para esse campo. Mas decididamente nada ou muito pouco fizeram por uma formulação que passasse dos limites do sistema de balcão, colocando o patrocínio e a produção sempre na linha de frente

mentárias de uma pasta que normalmente está entre as primas pobres ministeriais, e de cujo âmbito não saiu neste governo nem provavelmente vai sair nos próximos. O lado estratégico mais ponderável é o da criação de um Sistema Nacional de Cultura, baseado em Câmaras Setoriais, temáticas (de cinema, teatro, etc.), de livre adesão por parte dos agentes dos setores, públicos ou privados, que uma vez consolidadas deverão formular as políticas em cada caso. Se a proposta vingar, isto é, se houver adesões suficientes, haverá outra revolução no campo das políticas culturais, desta vez galileana, ou galilaica: de qualquer ponto do nosso universo brasileiro será possível acessar de modo rápido uma visão de conjunto de todas as principais iniciativas culturais que estejam sendo tomadas por poderes estaduais, municipais, em nível federal e também por institutos da iniciativa privada. A formulação de um Sistema Nacional dessa natureza possibilitaria que a cultura superasse o patamar de ser apenas objetos de políticas governamentais para se tornar de fato uma política pública e de Estado.

Algumas dessas câmaras estão mais adiantadas do que outras; por outro lado, a idéia de uma consolidação de debates com ampla participação pública para os campos culturais sofreu severo ataque conservador quando da discussão, meses atrás, da questão de um Conselho ou Agência para o setor áudio-visual. É verdade que na época esta discussão

entrou na esteira daquela sobre um Conselho Federal ou Nacional de Jornalismo ou de Jornalistas, também apedrejada desde os alpendres das casas grandes de nossa mídia conservadora como “estalinismo”, “estatismo”, etc.

Tudo isso comprova as dificuldades para se chegar à construção de propostas mais abrangentes e dinâmicas no campo da cultura. Entretanto, houve um campo em que o

***O Ministério da
Cultura marcou pontos ao
assumir a linha de frente de uma política de
governo que incentive o software livre. O
Brasil foi o primeiro país do mundo
a adotar o software livre como
política de governo***

Ministério marcou pontos significativos e imediatos, ao assumir a linha de frente da adoção de uma política de governo que aceite e incentive o *software* livre. O Brasil foi o primeiro país do mundo a adotar o *software* livre como política de governo, contrariando os interesses do sr. Bill Gates, do sistema Windows, etc.

Como em matéria de computadores sou ateu, vou repetir expli-

cações que li e ouvi de outros mais íntimos da divindade. Imaginemos que um computador seja um carro. A política do *software* livre permite que qualquer um possa abrir a tampa do motor desse carro, estudá-lo, consertá-lo e refazê-lo de acordo com suas necessidades e conveniências. E isso ainda permitiria que ele convidasse os vizinhos e também os ensinasse a fazer o mesmo. Já no caso de se aceitar a exclusividade de manipulação do motor (*software*), para consertar o carro na sua garagem o seu dono teria de mandar chamar exclusivamente a empresa dona do segredo. Aprender a fazer um motor, nem pensar: só aquela empresa pode fazer isso. Ou seja, a política do *software* livre não impede que a empresa fabricante do carro o venda; ela perde “tão somente” a exclusividade da coisa. Ela não pode patentear o motor, nem mesmo seu motor, pelo menos no país que não reconheça esse direito, como hoje é o caso do Brasil.

Essa política, passando para metáforas mais complicadas do que a do carro, é fundamental para a segurança de um país, com os complexos sistemas computadorizados e em rede que se tem. Ela é tão complexa e importante quanto a da biodiversidade e da transgenia. Infelizmente, nestas o Brasil está perdendo, pois tem pouca tradição de defender a primeira e na segunda o governo brasileiro está formando a tradição de ceder, depois de um breve período em que resistiu. O recuo no caso dos transgênicos pode incre-

mentar a dependência nacional em relação às multinacionais logo numa área de onde poderia haver alternativas ao agronegócio: a das pequenas propriedades e da agricultura familiar e cooperativada.

Voltando ao *software*, fala-se também na possível economia de bilhões de dólares em direitos sobre *softwares* importados e suas atualizações, e os vírus e anti-vírus, etc. Sem falar em que já não há hoje processo produtivo que não conte com a computação no começo, no meio e no fim. O tema é tão importante que o empresário Bill Gates tentou conseguir, sem sucesso, uma audiência com o Presidente Lula em Davos, na Suíça, em janeiro, enquanto o ministro Gilberto Gil assumia a liderança da defesa do *software* livre no 5º Fórum Social Mundial, em Porto Alegre.

Mas há ainda aspectos inusitados e tão importantes quanto os mencionados.

O primeiro é que ao assumir a liderança no tema, Gil fez uma jogada enxadrística digna de nota, isto é, daquelas cujas conseqüências maiores poderão só ficar mais evidentes daqui a algum tempo. Em primeiro lugar, jogou seu Ministério para o interior, o *hardcore* mesmo, de uma política de governo que pode também se transformar numa política de Estado no futuro. Em segundo lugar, jogou a discussão sobre a matéria para além de seus aspectos econômicos ou de segurança, rompendo, ainda que pontualmente, com uma das limitações dos debates

políticos atuais que é o de jamais romperem o círculo de giz das posições econômicas ou da retórica econômica de mercado.

O *software* livre é, portanto, a base possível de uma política de inclusão digital que sem dúvida aponta para o futuro. E para um futuro para milhares e milhares de jovens. Este é um aspecto social e político nada secundário, inclusive para o presente. O Ministério conseguiu

jovens. E no 5º Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em janeiro deste ano, a única personalidade do governo Lula a galvanizar seu público foi o ministro Gilberto Gil e sua defesa do *software* livre. E o público era jovem, apesar de contar com a presença também de velhos batalhadores das comunicações democratizadas, como o sociólogo catalão Manuel Castells, Ignácio Ramonet, entre outros.

É claro que uma parte desse sucesso pode ser atribuída ao carisma pessoal e cantante do Ministro, mas não todo ele. A outra parte, sem dúvida a maior, se deveu à natureza, à qualidade da proposta e à capacidade do Ministro em defendê-la, apresentando-a numa linguagem capaz de captar os corações e as mentes de seu público. Falou, por exemplo, em defender uma ética *hacker*, isto é, a de quem queira invadir o *hardware* das corporações, contra a prática de um comportamento *cracker*, palavra de inúmeras conotações; e foi aplaudido com decisão pelos presentes. Diga-se de passagem, em Porto Alegre, por gente do mundo inteiro.

Estamos longe de um mundo ideal em matéria de políticas culturais. Não só no Brasil, mas no mundo inteiro, onde a lógica e o *ethos* empresariais imperam, inclusive nas esquerdas. Um Ministro, como a andorinha, não faz verão. Mas deve-se reconhecer que faz bem ao campo ter um que tem carisma, contra os anteriores, nas últimas décadas, que não tinham nenhum.

***Gil jogou a
discussão sobre o software
livre para além dos aspectos econômicos
ou de segurança, rompendo com uma
das limitações dos debates políticos
atuais, que jamais rompem o
círculo de giz da retórica de
mercado***

com este passo político dar continuidade a uma linha das tantas administrações locais que no campo da cultura se inclinaram à esquerda, sobretudo com a liderança do PT: travar um diálogo com os jovens. As esquerdas de um modo geral, mesmo aquelas mais à esquerda no seu espectro político, têm tido dificuldades para dialogar (o que é mais do que captar votos) com os